

José Alberto Azeredo Lopes

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes, por ocasião
do Dia da Polícia Marítima**

Lisboa, 16 de setembro de 2016

Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional,
Almirante Macieira Fragoso,

Senhor Secretário de Estado da Defesa, Marcos Perestrello,

Senhor Secretário de Estado das Pescas, Dr. José Apolinário,

Senhor Chefe da Casa Militar do Presidente da República, Tenente-General
João Carvalho Cordeiro;

Senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Procuradora-Geral
Adjunta, Maria Helena Fazenda;

Senhor Diretor Nacional da PSP, Superintendente Luís Farinha,

Senhor Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia
Marítima, Vice-Almirante Silva Ribeiro,

Senhores Oficiais Gerais, Militares, Militarizados e Civis que prestam serviço
na Polícia Marítima,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É uma honra estar presente neste evento comemorativo, para mais tratando-
se de uma cerimónia da Polícia Marítima com esta amplitude e importância.

Enquanto membro do Governo com a tutela da Defesa Nacional e,

consequentemente, da Autoridade Marítima Nacional e da Polícia Marítima, estou aqui para realçar e, mais do que isso, louvar o trabalho desenvolvido pela Polícia Marítima nas áreas e nas matérias sob sua responsabilidade.

Este destaque e este louvor consubstanciam-se, de uma forma simbólica mas que vai para lá do simbólico, na atribuição de uma condecoração coletiva ao Comando-Geral da Polícia Marítima. Convém sublinhar que este agraciamento foi possível com a recente aprovação (finalmente, diria!) do Regulamento de Medalhas da Polícia Marítima. Esta condecoração não é, no entanto, meramente protocolar: é justa e é merecida. E era, por isso, devida.

Poder-se-á perguntar por que motivo se elegeu o Comando-Geral como destinatário desta primeira condecoração. A razão é simples e, parece-me, irrefutável: o Comando-Geral é o comando central da Polícia Marítima. Por conseguinte, nesta medalha converge o reconhecimento da ação de uma força de polícia que tem sido responsável por uma área que foi, e é, crucial para o nosso país. Do mar falo, deste nosso Mar.

Conhecemos todos os dois primeiros versos do poema “Mar português”, de Fernando Pessoa: “Ó mar salgado, quanto do teu sal/ são lágrimas de Portugal”.

O Mar de Fernando Pessoa, alegórico e mítico, conduziria a um universo humanista espiritualmente renovado, de que Portugal seria o centro.

Ora, sabemos que Portugal tem passado por muitas crises espirituais, económicas e financeiras; mas também não ignoramos que nunca, ou quase nunca, o mar terá sido devidamente valorizado. Mas, de uma coisa estou, estamos certos: esta carência não se deve à Polícia Marítima, que tem cumprido de modo exemplar com as suas funções e tem sabido modernizar-se.

Entre muitas outras ações, que aqui não posso enumerar para não me alongar demasiado, é disso prova o desenvolvimento de um conjunto alargado de iniciativas nas áreas da melhoria das condições de operação, dos incentivos ao pessoal, da identidade e comunicação, dos procedimentos e uniformização de regras e da organização interna. A carência de que atrás falava deve-se, antes, em grande parte, ao descuido dos governos que se esqueceram de que o mar não só faz parte da identidade de Portugal como continua a ser um bem

precioso e um recurso que há que tratar com inteligência, cuidado e eficiência. Que o mar de Fernando Pessoa seja também o nosso mar, um universo que nos inspire e nos estimule a ir mais longe, a transcendermos aquilo que julgávamos ser a fronteira do possível. Pois que, como também disse Victor Hugo, este mar que tantas vezes temos à frente dos nossos olhos “é um espaço de rigor e de liberdade”.

Pois, assim sendo, aqui estou para vos dizer que o Governo português conta com a Polícia Marítima. Conta com ela, para manter o mar e a ligação ao mar no dia-a-dia das portuguesas e dos portugueses, um mar protetor e provedor. Mas, não menos um mar protegido por todos, e em especial pela Polícia Marítima, que, repito, tem vindo a modernizar-se e a multiplicar as suas capacidades. Aliás, a Polícia Marítima é um exemplo a seguir pela sociedade em geral e por todas as entidades mais diretamente ligadas às zonas ribeirinhas e ao Atlântico.

O seu trabalho é um convite a que todos, individualmente e em grupo, assumamos cada vez mais responsabilidade na gestão dos recursos do mar e no relacionamento com a natureza e o ambiente marinho. A solução para muitos dos problemas e desafios que o mar nos coloca está na ciência, mas

não está menos no pensamento, nas atitudes e na cultura que aplica os conhecimentos científicos e com eles se transforma. Em todas estas frentes trabalha a Polícia Marítima desde há praticamente um século.

Este importantíssimo papel deve, realmente, ser salientado. Esta força não existe apenas para, devidamente enquadrada no Direito e na Lei, punir. Enfatizo a palavra “força” propositadamente. Esta é uma palavra que, num certo uso comum aplicado à coisa pública, não tem a melhor reputação. E deixem-me que evoque Jacques Derrida, lá onde nos diz, de forma lapidar, que “A justiça sem a força é impotente”, e “a força sem a justiça é tirânica”.

Regendo-se por este princípio, a Polícia Marítima tem, reconhecidamente, sabido atuar nas consciências e nos comportamentos, e por isso é que tem tido um efeito positivo na prevenção quer de acidentes e desastres localizados, quer de colapsos ambientais (e humanos e económicos) de muitos tipos.

O chamado “Produto operacional” da Polícia Marítima é a prova de que o que acabo de dizer não é ditado pelo protocolo ou por razões de simples cortesia ou educação. Não me cabe, naturalmente, enumerar todos os resultados do último ano. Saliento, no entanto, alguns dos mais significativos:

- a) Mais de cem mil ações de fiscalização, 10300 das quais envolveram embarcações no mar;
- b) Identificação de mais de 1200 crimes e 7700 ilícitos contraordenacionais;
- c) Promoção dos valores da cidadania e civismo através da criação do Programa Cidadania Marítima, tendo sido levadas a cabo 159 ações de divulgação em escolas e associações, com a participação de mais de 17 000 pessoas, a grande maioria jovens, entre os 14 e os 17 anos;
- d) O salvamento de mais de 3500 pessoas, em espaços jurisdicionais da Grécia, num contexto de mandato internacional enquadrado pela FRONTEX, o que, para além do que tal revela em termos de operacionalização e de envolvimento humanista no mundo, também mostra como a Polícia Marítima tem sabido articular-se com outras forças estrangeiras e com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Estou aqui, por isto e por mais do que isto, para vos dizer que podem contar com a tutela da Defesa Nacional em tudo o que tem a ver com as ações de futuro, as quais se inscrevem no mesmo espírito de modernização e de vontade firme de servir Portugal. Exorto a Polícia Marítima a prosseguir o caminho de modernização a que já nos habituou.

E concluo como comecei. Concluo, saudando e louvando todas as mulheres e todos os homens que, como o seu trabalho, esforço e sacrifício, fazem da Polícia Marítima aquilo que ela é: uma força que preserva e protege o ambiente marinho, que salvaguarda pessoas e bens, que contribui para que Portugal seja cada vez mais um país com vocação e cultura marítimas. E uma força que, com o seu exemplo, contribui para a mobilização da sociedade civil em torno das questões ribeirinhas e do mar. Em síntese, uma força imprescindível a Portugal.